

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NAS LICENCIATURAS

CURRICULARIZATION OF EXTENSION AND TEACHER EDUCATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES IN UNDERGRADUATE PROGRAMS

Milena Gomes da Silva[1]

Renata Priscila da Silva[2]

RESUMO

Este estudo analisa os desafios e as possibilidades da curricularização da extensão nas licenciaturas da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina, e contribui para o debate sobre a recontextualização da extensão nos cursos de graduação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com seis docentes envolvidos nos processos de implementação da política de extensão nos cursos de Ciências Biológicas, Letras, Matemática e Pedagogia. Os dados foram examinados à luz da Análise Textual Discursiva, possibilitando a construção de categorias interpretativas relacionadas à construção institucional da política, aos desafios de sua operacionalização e às potencialidades formativas da extensão. Os resultados evidenciam avanços na institucionalização e na organização curricular, mas também apontam limitações financeiras, sobrecarga docente e discente, dificuldades de creditação e fragilidades na compreensão conceitual da extensão. Conclui-se que a curricularização constitui um processo em disputa, cuja efetividade depende da consolidação de uma cultura extensionista, do fortalecimento de políticas institucionais de apoio e da articulação entre teoria, prática e compromisso social na formação docente.

Palavras-chave: Curricularização da Extensão; Extensão Universitária; Formação Inicial de Professores; Políticas Curriculares.

[1] Milena Gomes da Silva – Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas, professora da educação básica e técnica Laboratório Plantsoil. E-mail: milenasilva.bio@gmail.com

[2] Renata Priscila da Silva – Mestre e Doutora em Ensino das Ciências, professora adjunta da Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina. E-mail: renata.priscila@upe.br

ABSTRACT

This study analyzes the challenges and possibilities of extension curricularization in undergraduate teacher education programs at the University of Pernambuco (UPE), Petrolina Campus, contributing to the debate on the recontextualization of extension within higher education curricula. It is a qualitative, exploratory, and interpretive study conducted through semi-structured interviews with six faculty members involved in the implementation of extension policies in the Biological Sciences, Language and Literature, Mathematics, and Pedagogy programs. The data were examined using Discursive Textual Analysis, enabling the construction of interpretive categories related to the institutional development of the policy, the challenges of its operationalization, and the formative potential of extension activities. The findings reveal advances in institutionalization and curricular organization, as well as financial constraints, faculty and student workload, difficulties in crediting procedures, and conceptual ambiguities regarding extension. The study concludes that curricularization is a contested process whose effectiveness depends on the consolidation of an extension-oriented institutional culture, the strengthening of

Keywords: Curricularization of Extension; University Extension; Initial Teacher Training; Curriculum Policies.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação superior brasileira passou por transformações estruturais que buscaram consolidar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como fundamento formativo das instituições públicas. Nesse contexto, a extensão universitária assume papel estratégico ao articular saberes acadêmicos e demandas sociais, promovendo práticas dialógicas e ações orientadas pelo compromisso público da universidade, tanto na graduação como na pós-graduação (Casarin; Alcanfor, 2025). A curricularização da extensão surge como uma política educacional que visa integrar, de modo sistemático e orgânico, as atividades extensionistas aos percursos formativos dos estudantes, superando concepções que historicamente compreendiam a extensão como atividade complementar, espontânea ou periférica (FORPROEX, 2012).

A promulgação da Resolução CNE/CES nº 7/2018 representou marco normativo ao estabelecer que, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação deve ser destinada às Atividades Curriculares de Extensão (ACEx), algo que já estava posto na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014). Para as licenciaturas, essa diretriz foi reafirmada pela Resolução CNE/CP nº 4/2024, que atualiza as exigências da formação docente e reforça a obrigatoriedade da extensão como elemento integrador entre teoria, prática e compromisso social. Tais normativas consolidam o entendimento de que a extensão constitui processo educativo, cultural, científico e político que contribui para a formação integral dos futuros profissionais (Brasil, 2014; 2018; 2024).

No âmbito das licenciaturas, a curricularização da extensão assume relevância particular, uma vez que possibilita o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, a aproximação com realidades escolares e comunitárias diversas e o fortalecimento de competências e habilidades fundamentais à docência, como escuta sensível, diálogo, investigação, reflexão e intervenção (Zanon; Cartaxo, 2023; Coelho, 2014). Diversos estudos têm apontado que a articulação entre extensão e a formação docente favorece a constituição de identidades docentes comprometidas com a transformação social (Santos; Gouw, 2021; Costa, 2019; Dalmolin; Vieira; Bertolin, 2019).

Apesar dos avanços, a incorporação efetiva da extensão às licenciaturas enfrenta desafios expressivos. Em muitas instituições, o processo tem evidenciado tensões relacionadas à carga de trabalho docente, limitações de infraestrutura e financiamento, à dificuldade de compreensão conceitual sobre extensão e à necessidade de revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) (Zanon; Cartaxo, 2023). Além disso, a integração entre colegiados, coordenações, setores de extensão e docentes, bem como a necessidade de formação continuada para aqueles envolvidos em atividades extensionistas, configura outro ponto crítico (Dalmolin; Vieira; Bertolin, 2019).

Embora a literatura recente venha discutindo a curricularização da extensão sob diferentes enfoques — normativo, institucional e pedagógico — ainda são incipientes os estudos que analisam esse processo a partir das percepções de docentes diretamente envolvidos na reformulação curricular das licenciaturas. Em muitos casos, a produção acadêmica concentra-se na descrição das normativas ou na apresentação de experiências exitosas, sem problematizar as tensões, resistências e ambiguidades que atravessam o cotidiano dos cursos. Assim, embora a normativa nacional esteja posta, sua interpretação nos contextos de prática é atravessada por múltiplas nuances, contradições e incoerências, sendo recontextualizada por pessoas nos cursos e campi universitários. Como apontam Bowe, Ball e Gold (1992):

[...] os profissionais que atuam no contexto da prática [escolas, por exemplo] não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos (...). Políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que histórias, experiências, valores, propósitos e interesses são diversos (Bowe; Ball, Gold, 1992, p.22, tradução nossa).

Torna-se, portanto, relevante investigar como a política é interpretada, traduzida e operacionalizada pelos sujeitos que atuam no contexto da prática. Diante deste cenário, este artigo apresenta os resultados de pesquisa cujo objetivo foi analisar, a partir das percepções de docentes diretamente envolvidos no processo, os desafios e as possibilidades associados à curricularização da extensão nas licenciaturas da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina. As licenciaturas investigadas — Ciências Biológicas, Letras Língua Portuguesa-Língua Espanhola, Matemática e Pedagogia — encontram-se em estágios distintos de inserção da extensão como componente curricular, o que permite identificar diferentes estratégias, dificuldades e arranjos na produção de sentidos para a extensão nos cursos.

Este artigo busca contribuir para o debate sobre a curricularização da extensão nas licenciaturas, oferecendo subsídios para o fortalecimento de políticas e práticas formativas que promovam a formação integral e socialmente referenciada de professores.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A extensão universitária constitui um dos pilares estruturantes da educação superior brasileira, articulando saberes acadêmicos e práticas sociais que emergem das demandas concretas das comunidades. Historicamente, sua concepção evoluiu de ações assistencialistas e de caráter difusionista, para uma perspectiva crítica, dialógica e transformadora, alinhada ao pensamento freiriano e às diretrizes nacionais estabelecidas nas últimas décadas (Bezerra; Colares, 2024; Bonifácio;

Santos, 2020). Essa mudança conceitual é central para compreender que a curricularização não se resume à inserção formal de horas no currículo, mas implica redefinir a própria concepção de extensão que orienta as práticas formativas nas licenciaturas.

A Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012) reforça que a extensão deve promover a interação entre universidade e sociedade por meio de processos educativos, culturais, científicos e políticos que contribuam para a intervenção social. Trata-se de um movimento dialógico que convoca docentes e estudantes a compreenderem a realidade em sua complexidade, assumindo uma postura ética e comprometida com a construção coletiva do conhecimento.

Ao assumir a extensão como processo educativo e dialógico, a política nacional desloca o eixo da formação universitária para uma perspectiva de interação e coprodução de saberes, tensionando modelos tradicionais de ensino centrados na transmissão de conteúdos.

Coelho (2014) destaca que a extensão deve ser reconhecida como prática social que tensiona o papel institucional da universidade, reforçando sua responsabilidade pública e a produção de saberes socialmente referenciados. Esse entendimento legitima a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, reafirmando que não há formação integral quando tais dimensões são tratadas de forma isolada (Gadotti, 2017).

A institucionalização da curricularização da extensão na educação superior ocorre a partir de um conjunto de normativas e diretrizes que reconfiguram a estrutura curricular dos cursos de graduação. A Resolução CNE/CES nº 7/2018 marca uma mudança estrutural, ao retirar a extensão da condição de atividade optativa ou paralela, inserindo-a formalmente no currículo, com objetivos, avaliações e registros próprios. Assim, a extensão passa a ser compreendida como dimensão formativa essencial, devendo dialogar com os demais componentes dos cursos, o que produz rearranjos institucionais e pedagógicos ainda em consolidação.

No campo normativo específico da formação de professores, a Resolução CNE/CP nº 4/2024, que atualiza as Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores, reafirma a importância da extensão na formação docente ao atribuir uma carga horária de 320 horas obrigatórias de atividades extensionistas vinculadas aos componentes curriculares (Brasil, 2024). Ao vincular a extensão à formação inicial de professores, a normativa reforça a compreensão da docência como prática social situada, exigindo experiências formativas que ultrapassem o espaço da sala de aula universitária.

Contudo, a implementação dessas normativas não ocorre de forma linear e verticalizada. Como destacam Mainardes (2006) e Abranches e Correia (2021), os contextos de práticas também produzem currículo reinterpretando políticas a partir de seus próprios valores, conflitos e condições materiais. Nessa perspectiva, a curricularização da extensão deve ser analisada não como política acabada, mas como texto em permanente reconstrução, cujos sentidos são negociados e reinterpretados no interior dos cursos.

Arienti (2023) aponta que a curricularização tem enfrentado desafios relacionados à burocracia institucional, organização e gestão de projetos, formação docente e cultura acadêmica que nem sempre reconhece a extensão como dimensão formativa equivalente ao ensino e à pesquisa. Esses desafios evidenciam que a curricularização não depende apenas de diretrizes legais, mas da consolidação de condições materiais, culturais e organizacionais que sustentem sua efetiva integração ao currículo.

Em muitas instituições e mesmo entre cursos, há heterogeneidade nos entendimentos sobre o papel da extensão, divergências sobre sua natureza pedagógica e ausência de mecanismos institucionais consolidados para registrar, avaliar e acompanhar atividades extensionistas. Trazer a

extensão para o currículo é, sem dúvida, colocá-la em uma arena de disputas por sentidos acerca das finalidades formativas, prioridades institucionais e concepções de conhecimento (Sacristán, 2010; Silva, 2011).

A adequação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) às novas diretrizes implica processos complexos de revisão curricular, negociações entre colegiados e articulação com setores administrativos responsáveis pela extensão. Esse cenário, ainda que repleto de tensões, também abre oportunidades para renovar práticas pedagógicas, fortalecer a autonomia docente e ampliar a interação da universidade com territórios e comunidades.

A formação inicial de professores, historicamente marcada por dicotomias entre teoria e prática, demanda experiências formativas capazes de articular saberes científicos, pedagógicos, culturais e comunitários. A extensão, ao inserir licenciandos em contextos reais, possibilita a aprendizagem ativa, investigação e intervenção, fortalecendo o desenvolvimento profissional (Santos; Gouw, 2021).

Nóvoa (2017) argumenta que a docência exige permanente diálogo com a realidade e com os sujeitos, constituindo-se como profissão marcada por dimensões éticas, políticas e culturais que ultrapassam a dimensão técnica. A extensão universitária pode aproximar os futuros professores de experiências educacionais situadas, permitindo que enfrentem questões reais e construam práticas pedagógicas fundamentadas em compreensão crítica.

Tardif (2014) reforça que o professor se constitui a partir de múltiplos saberes: experienciais disciplinares, pedagógicos, curriculares, que se articulam a partir da prática. A extensão pode contribuir diretamente para a produção dos saberes experienciais e a formação da identidade profissional, ao inserir estudantes em práticas educativas concretas que exigem interpretação, tomada de decisão, mediação de conflitos, adaptação metodológica e diálogo constante com diferentes públicos (Sales; Silva, 2024).

À luz dessas contribuições teóricas, compreende-se que a curricularização da extensão não se materializa de forma homogênea, mas é reinterpretada nos contextos institucionais a partir das concepções, experiências e condições de trabalho dos sujeitos envolvidos. Se o currículo é espaço de disputas e recontextualizações, torna-se fundamental investigar como os docentes das licenciaturas significam, tensionam e operacionalizam essa política no cotidiano dos cursos. Assim, a opção por uma abordagem qualitativa, centrada nas percepções de professores diretamente envolvidos no processo, apresenta-se coerente com a perspectiva teórica adotada, permitindo compreender a curricularização como fenômeno socialmente construído e situado.

3. METODOLOGIA

A partir dessa perspectiva, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória e interpretativa (Minayo, 2021), orientada pela compreensão da curricularização da extensão como fenômeno socialmente construído e recontextualizado no interior das licenciaturas. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de analisar significados, percepções e interpretações produzidas por docentes diretamente envolvidos no processo.

A investigação foi realizada na Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina, que oferta cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, Letras Português-Espanhol, Matemática e Pedagogia, entre outros. Considerando a curricularização como processo em construção e atravessado por disputas de sentidos, optou-se por ouvir docentes que participaram ativamente das discussões e reformulações curriculares relacionadas à inserção da extensão nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC).

A seleção dos participantes ocorreu por amostragem intencional, priorizando professores que: (a) integraram comissões de reformulação de PPCs; (b) atuaram como coordenadores ou membros de colegiado no período de implementação da curricularização; ou (c) participaram de debates institucionais junto à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC). Participaram da pesquisa seis docentes, com tempo de atuação na instituição variando entre 4 e 14 anos. Embora o número de participantes seja reduzido ($n=6$), trata-se de sujeitos considerados informantes-chave, por ocuparem posições estratégicas na condução e operacionalização da política nos cursos investigados.

A produção dos dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas no segundo semestre de 2024. O roteiro contemplou questões relacionadas à compreensão conceitual da extensão, aos processos de implementação da curricularização, às dificuldades enfrentadas e às potencialidades percebidas na formação docente. As entrevistas foram gravadas, mediante consentimento, e posteriormente transcritas na íntegra, constituindo o corpus analítico da pesquisa.

A análise dos dados fundamentou-se na Análise Textual Discursiva (ATD), conforme proposta por Moraes (2003) e por Moraes e Galiuzzi (2006; 2020). O processo analítico desenvolveu-se em três movimentos interdependentes. Inicialmente realizou-se a leitura integral das transcrições, seguida da unitarização do corpus, com identificação e fragmentação de unidades de sentido relacionadas ao objeto de estudo. Em um segundo momento, as unidades foram agrupadas por aproximação semântica e temática, dando origem a categorias provisórias. Por fim, procedeu-se à produção de metatextos interpretativos, nos quais as categorias foram refinadas e articuladas ao referencial teórico, permitindo compreender como os docentes significam e operacionalizam a curricularização da extensão.

As categorias interpretativas emergiram do diálogo entre dados empíricos e aportes teóricos, evitando uma aplicação prévia de categorias rígidas. Esse movimento analítico possibilitou a organização dos resultados em três eixos: construção da curricularização no Campus; desafios para sua implementação; e potencialidades formativas da extensão nas licenciaturas.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UPE (parecer nº 6.763.323), em conformidade com a Resolução CNS nº 510/2016. Todos os participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando anonimato, confidencialidade e uso exclusivo das informações para fins acadêmicos.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise das entrevistas, realizada à luz da Análise Textual Discursiva, possibilitou a construção de três categorias interpretativas que expressam como os docentes significam e operacionalizam a curricularização da extensão no contexto das licenciaturas investigadas.

4.1. CONSTRUÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO NO CAMPUS

Esta categoria desdobra-se em duas subcategorias: *documentos que orientam a extensão no Campus*[3] e *movimentos institucionais de apoio à curricularização da extensão*. Os docentes destacam que o processo de curricularização está sustentado por um conjunto de marcos legais, como a Meta 12.7 do PNE 2014-2024 (Brasil, 2014) e a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018), e por normativas institucionais, entre elas as resoluções CEPE nº 068/2017, nº 049/2021 e nº 138/2023.

Em particular, a Resolução CEPE Nº 068/2017 regulamentava a curricularização da extensão e apontava que as atividades de extensão deveriam compor no mínimo 10% da carga horária dos cursos de graduação até 2024. Essas atividades deveriam atender às especificidades de cada curso, mantendo o caráter de interação com a comunidade e sendo registradas no histórico escolar dos estudantes. Na resolução, as atividades de extensão incluem projetos (ações educativas e sociais com prazos definidos) e programas (conjuntos de projetos interdisciplinares e interunidades).

Aqui é importante destacar que os PPC foram implementados entre 2017 e 2018, período que coincide com a vigência da resolução. Sendo assim, a presença ou ausência da extensão nos documentos refletirá a leitura e o amadurecimento institucional.

A recorrente menção às Resoluções CEPE nº 068/2017, nº 049/2021 e nº 138/2023 nos relatos docentes evidencia que a curricularização foi inicialmente percebida como movimento de adequação normativa, cuja consolidação exigiu sucessivas reformulações institucionais. A leitura das normativas e sua tradução nos documentos curriculares aparecem, portanto, como processos progressivos, acompanhando experiências acumuladas e interpretações construídas localmente, movimento consonante com a ideia de que políticas são recontextualizadas no contexto da prática (Bowe, Ball; Gold, 1992).

Como apontam Silva et al. (2021) a experimentação dos cursos, que ocorreu em todos os Campi, foi importante para o amadurecimento institucional e a criação do guia de Creditação das Atividades de Extensão em 2020 e, posteriormente, da Resolução nº 049/2021, que atualizou a Política de Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação e revogou a Resolução nº 068/2017. A elaboração do Guia de Creditação pode ser compreendida como tentativa de estabilizar sentidos e reduzir ambiguidades, revelando que a política ainda se encontrava em fase de consolidação interpretativa.

Outra Resolução recente é a CEPE nº 138/2023 que regulamenta os processos de submissão, registro e autoavaliação das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) e Disciplinas Curriculares de Extensão (DCExt), trazendo maior clareza aos processos de validação das ações de extensão no curso, o que a política de curricularização ainda não havia conseguido operacionalizar plenamente.

Essas resoluções apontam para avanços no processo de curricularização da extensão, especialmente no que se refere à institucionalização e à instrumentalização da política. Para Gavira, Gimenez e Bonacelli (2020) é preciso evoluir para a criação de indicadores e sistemas que permitam avaliar a integração ensino e extensão, consolidando, no âmbito da gestão, a extensão como parte integral da formação. Contudo, tais avanços concentram-se sobretudo na dimensão normativa e procedimental, não implicando automaticamente mudanças nas concepções docentes ou nas práticas pedagógicas.

Na subcategoria movimentos institucionais de apoio à curricularização os Entrevistados 1 e 2, docentes envolvidos em cargos de gestão da extensão na universidade, enfatizam que a articulação

[3] As subcategorias e a fala dos entrevistados estarão destacadas em itálico.

entre a PROEC e a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) desempenha papel determinante na condução da política. A mediação dos coordenadores setoriais de extensão em cada unidade tem orientado a construção de orientações mais claras, ainda que com desafios.

Os editais institucionais, como o Programa de Fortalecimento Acadêmico (PFA) e o edital de fluxo contínuo da PROE, são reconhecidos como instrumento de estímulo e acompanhamento das ações extensionistas. A partir de 2024, com a categorização entre ACE e DCEExt, os editais passaram a conferir maior precisão ao escopo das atividades a serem desenvolvidas, contribuindo para a institucionalização da extensão.

Apesar desses avanços, os docentes pontuam que o financiamento disponível é insuficiente frente à dimensão das demandas extensionistas, indicando a necessidade de políticas de fomento mais robustas e de recursos próprios destinados às unidades acadêmicas.

4.2 DESAFIOS PARA A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Quatro subcategorias formam a categoria dos desafios: *limitações financeiras; limitações de tempo; dificuldade de operacionalizar a curricularização nos PPC; falta de compreensão sobre a natureza da extensão*. O desafio das *limitações financeiras* foi o mais recorrente entre os participantes. Segundo os docentes, os recursos disponíveis não contemplam custos básicos como transporte, alimentação, materiais pedagógicos e deslocamentos a comunidades. Em muitos casos, estudantes e professores utilizam recursos próprios para viabilizar ações extensionistas.

O Entrevistado 3, do curso de Pedagogia, salienta a necessidade de infraestrutura mais robusta, especialmente transporte, para ampliar o alcance das ações, embora reconheça avanços como a cobertura do seguro de vida para atividades externas. Apesar de normativamente instituída, a curricularização não foi acompanhada de condições materiais equivalentes, evidenciando uma tensão entre prescrição legal e viabilidade concreta de implementação. Essa limitação financeira ecoa com os obstáculos mencionados na literatura, como insuficiência de apoio material e logístico (Lucas et al., 2023; Imperatore; Pedde, 2021).

Na subcategoria *limitações de tempo*, estão agrupadas respostas que apontam para a falta de tempo para a realização das atividades tanto por parte dos docentes quanto dos discentes. Com múltiplas disciplinas demandando horas práticas, estágios e atividades extensionistas, os estudantes enfrentam uma sobrecarga que requer dedicação integral, algo inviável diante do cronograma atual e do perfil socioeconômico dos licenciandos.

A Entrevistada 4, do curso de Matemática, e a Entrevistada 6, do curso de Biologia, apontam que o perfil do aluno da licenciatura — que geralmente trabalha durante o dia e estuda à noite — apresenta uma dificuldade adicional para o envolvimento direto nas atividades extensionistas. A Entrevistada expressa: *“É uma carga horária grande e a gente fica realmente se questionando como é que vai ser essa operacionalização com esse público que trabalha”* (Entrevistada 4). Pereira et al. (2019) também apontam essa restrição de tempo dos estudantes trabalhadores. Outro desafio identificado foi a sobrecarga para o corpo docente, que precisa equilibrar ensino, pesquisa e extensão, especialmente em um contexto de recursos limitados.

Isso indica que a curricularização incide sobre cursos já marcados por intensas demandas formativas, tensionando especialmente o perfil socioeconômico dos licenciandos. A política, nesse sentido, interage com desigualdades estruturais que extrapolam o âmbito curricular.

A subcategoria dificuldade de operacionalizar a curricularização no PPC agrupa respostas relacionadas às dificuldades de integrar a extensão à matriz curricular dos cursos. Para o Entrevistado 3, há desafios na adaptação ao formato da curricularização da extensão, que deixou de ser uma prática mais livre e voluntária para tornar-se uma abordagem que envolve turmas inteiras. Para lidar com isso, estratégias como a divisão das turmas em pequenos grupos de projetos têm sido implementadas, embora ainda demandem ajustes para maior eficácia.

Já para o Entrevistado 5, do curso de Letras, dois grandes desafios foram identificados: o desenvolvimento de disciplinas e ementas e o protagonismo do aluno.

[...] O desafio era criar essas possibilidades e incorporar a essas disciplinas, do ponto de vista de ementa, proposta, referencial teórico. [...] O outro desafio é trazer esse que realmente acredito. Nesses debates dentro da disciplina [...] esse aluno, é ser esse ator, esse protagonista e não mais coadjuvante (Entrevistado 5).

A necessidade de estruturar disciplinas com todos os elementos exigidos, como carga horária e competências, foi apontada como um dos principais esforços. A mudança de perspectiva, de um aluno passivo para um atuante nas ações de extensão, exigiu adaptações e novas metodologias. O Entrevistado e os demais docentes do curso buscaram superar os obstáculos por meio de um planejamento detalhado e da criação de disciplinas específicas voltadas à extensão: *“O modelo de disciplinas já estruturadas foi destacado como mais dinâmico e organizado, dá a impressão que o aluno se sentirá mais livre para trabalhar com disciplina é mais dinâmico”* (Entrevistado 5).

A Entrevistada 6 aponta que a inserção da extensão no PPC enfrentou muita resistência e surgiu como resposta a uma normativa, sem que houvesse uma reflexão mais aprofundada do corpo docente para incorporá-la ao PPC de maneira estruturada. Para ela, faltaram orientações mais claras para que essa inserção fosse melhor delineada no documento. Por isso, embora existam no curso duas disciplinas nas quais os alunos realizam projetos de extensão, a saber Prática no Ensino de Ciências e Biologia I e II, elas não são creditadas como extensionistas e o PPC não apresenta menção à curricularização.

A Entrevistada 4 aponta que a creditação da extensão ainda não é uma realidade no curso de Matemática, assim como não é no de Biologia. O curso ainda não operacionalizou a creditação da extensão no Sistema de Informações e Gestão Acadêmica (SIGA). As atividades são realizadas e certificadas, mas não vinculadas formalmente como carga horária de disciplinas. A expectativa é que a efetiva operacionalização ocorra com a vigência do novo PPC. Essa falta de creditação ainda é um limitante para as licenciaturas de Matemática, Biologia e Letras.

A dificuldade de inserir a extensão na matriz curricular revela que o desafio não se limita à adequação formal do PPC, mas envolve redefinir concepções pedagógicas, reorganizar cargas horárias e negociar sentidos no interior dos colegiados.

Quanto a isso, Imperatore e Pedde (2021) alertam que a falta de precisão teórica, conceitual e metodológica, somada ao conflito identitário ainda existente na Extensão — evidenciado tanto nos

documentos institucionais quanto na legislação — bem como sua frágil sistematização e avaliação ainda incipiente, acabam resultando em propostas limitadas, expressas como simples ajustes ou inserções pontuais de ações desarticuladas na matriz curricular.

A última subcategoria, *falta de compreensão sobre a natureza da extensão*, aborda os desafios de superar visões limitadas sobre a extensão e o papel do estudante enquanto extensionista. Para o Entrevistado 1, é preciso aprimorar a distinção entre ensino, prática e extensão, além de combater a percepção de que a extensão representa uma sobrecarga para docentes e discentes. Para ele, o entendimento da autonomia e a relevância da extensão no currículo ainda está em processo de consolidação. Para a Entrevistada 2 é necessário ampliar o entendimento sobre o protagonismo estudantil, condição que caracteriza a extensão universitária na UPE.

Nesse sentido, o Entrevistado 3 aponta que a implementação da curricularização da extensão exige a identificação de professores com o perfil adequado para conduzir essas atividades. Para ele são necessários professores que além de disponibilidade de tempo para se dedicarem a essa atividade, tenham uma visão de extensão que vá além da assistência social ou assistencialismo.

Quanto a isso, Lucas et al. (2023) destacam que há uma percepção equivocada baseada em uma cultura docente de baixa participação em atividades extensionistas. Soma-se a isso a desvalorização da extensão na carreira e na remuneração dos docentes, que, em geral, privilegiam as dimensões de pesquisa e ensino. Pereira et al. (2019) apontam que o impasse principal para a curricularização está no engajamento do corpo docente na dimensão extensionista.

Gadotti (2017, p. 9) argumenta que é preciso buscar a integralidade da formação universitária e que: “um dos principais desafios da curricularização da Extensão está na superação de uma prática fragmentada de pequenos projetos por uma prática integral e integradora”. Só superando essas visões limitantes e limitadas da extensão será possível avançar para a construção de uma educação universitária integral.

A recorrente associação da extensão à sobrecarga ou ao assistencialismo evidencia que a curricularização também exige deslocamentos conceituais. Mais do que reorganização administrativa, trata-se de disputar concepções sobre o papel social da universidade e sobre a própria identidade docente.

4.3 POSSIBILIDADES DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A curricularização da extensão tem se configurado como um processo que amplia o sentido formativo das licenciaturas, fortalecendo a relação entre universidade e comunidade. A partir das entrevistas foram identificadas as seguintes subcategorias: *integração entre teoria e prática e fortalecimento da formação cidadã; avanços institucionais e fortalecimento de uma cultura extensionista; avanços na organização curricular; e colaboração interdisciplinar.*

Na subcategoria *integração entre teoria e prática e fortalecimento da formação cidadã*, temos que a inserção da extensão no currículo oferece uma série de oportunidades para os estudantes. De acordo com o Entrevistado 3, a extensão amplia a compreensão do processo educativo, mostrando que não se trata apenas de ensinar conteúdos técnicos, mas de promover uma leitura mais ampla e crítica do mundo. Segundo ele: “[...]o processo da licenciatura é mais do que dar aula; é a capacidade de fazer uma leitura de mundo e refletir sobre si mesmo” (Entrevistado 3).

Já a Entrevistada 4 vê na curricularização da extensão uma oportunidade de consolidar a teoria aprendida em sala com a prática em ambientes reais. Ela destaca que a extensão permite ao aluno devolver à sociedade o conhecimento adquirido: *“A extensão traz esse caráter de aplicabilidade do que ele vê na parte teórica do curso”* (Entrevistada 4). Nesse sentido, Gouw e Santos (2021, p. 111) afirmam que *“a formação de um estudante deve ir além dos conhecimentos técnicos científicos, pois esses acabam por perder seu sentido quando não são incorporados à realidade”*. A extensão mostra-se como espaço privilegiado de mobilização dos saberes, produção de sentidos e desenvolvimento de habilidades.

Além disso, as atividades de extensão diversificam os contextos de aprendizagem, indo além da escola e incluindo associações e outros espaços comunitários. Essa abordagem permite que os alunos desenvolvam autoconhecimento, questionando suas próprias identidades enquanto negros, mulheres, indígenas e outros grupos. A interação com a comunidade, nesse sentido, é essencial para ampliar perspectivas, consolidar novos olhares e formar educadores mais críticos e politizados. Nesse movimento, a extensão aparece como espaço formativo que amplia a dimensão ética e política da docência, aproximando-se da perspectiva freiriana de educação como prática de liberdade (Freire, 1976).

As reflexões trazidas pelos entrevistados estão em consonância com Santos e Gouw (2021), que compreendem as práticas extensionistas como uma possibilidade de diálogo entre teoria e prática e de fortalecimento das relações entre universidade e educação básica. As percepções docentes sugerem que a extensão opera como mediadora entre saberes acadêmicos e experiências sociais, contribuindo para tensionar a tradicional dicotomia entre teoria e prática na formação inicial. Na subcategoria *avanços institucionais e fortalecimento de uma cultura extensionista* os Entrevistados 1 e 2 apontaram que a curricularização da extensão tem mobilizado esforços institucionais, como o direcionamento de recursos financeiros e orientações voltadas à melhoria da institucionalização e clareza sobre a extensão. O Entrevistado 2 destacou o fortalecimento das ligas acadêmicas, que tem promovido maior engajamento dos estudantes com a comunidade e outras instituições. O fortalecimento dessas iniciativas indica que a curricularização pode funcionar como catalisador de práticas já existentes, conferindo-lhes maior visibilidade e reconhecimento institucional.

Para o Entrevistado 5 as ações de extensão já são parte da realidade do curso, mas o processo de integração curricular foi um marco importante para sistematizar essas práticas.

As disciplinas com foco em extensão incluem temas, como literatura africana, literatura brasileira e até mesmo iniciativas interdisciplinares como o projeto sobre Luiz Gonzaga e sua obra. Além disso, houve propostas voltadas à comunidade, como projetos relacionados à preservação do Rio São Francisco (Entrevistado 5).

Essas ações são fundamentais para estreitar a relação entre o curso e a comunidade externa, reforçando o tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão. Assim, a curricularização permite maior interação entre a universidade e a sociedade, ampliando a relevância social dos cursos. A Entrevistada 6 destaca que isso cria *“uma oportunidade da gente sair mais da universidade, estar mais próximo da sociedade”* (Entrevistada 6).

Na subcategoria avanços na organização curricular, percebeu-se que, entre os cursos participantes da pesquisa, destaca-se a experiência da Pedagogia que, dentre os cursos investigados, apresenta a extensão de maneira mais estruturada em seu PPC. O curso possui ações extensionistas no formato de

DCExt, cuja creditação está diretamente vinculada às disciplinas, sendo obrigatória para a aprovação. Já na Matemática, o curso conta com dois programas de extensão, cada um com subprojetos envolvendo diferentes professores. Além disso, cerca de 50% do corpo docente desenvolve projetos de extensão cadastrados, sejam eles com fomento ou não. Observa-se que o curso apresenta um perfil mais voltado às ACE, sem menção a disciplinas específicas de extensão.

A Entrevistada 4 também destacou o perfil extensionista do colegiado como um fator que favorece a curricularização no curso:

O colegiado já tem um perfil de professor extensionista, o que facilita o engajamento nas atividades[...] No entanto, nem todas as ações de extensão estão vinculadas a disciplinas específicas, o que demonstra a necessidade de integrar melhor essas atividades ao currículo formal. Apesar disso, há uma diversidade de iniciativas que levam os alunos a vivenciar a prática em contextos como escolas, ONGs e associações, indo além do ambiente escolar tradicional (Entrevistada 4).

A última subcategoria, *colaboração interdisciplinar*, foi apresentada pelo Entrevistado 3, que destaca que o futuro da extensão nas licenciaturas aponta para um caminho cada vez mais interdisciplinar e colaborativo, envolvendo a integração entre disciplinas de diferentes cursos: “Cada curso oferece seu conjunto de disciplinas, mas dialogando com outros fazedores de extensão” (Entrevistado 3). Ele exemplifica iniciativas como a participação de biólogos no componente de Vivências Extensionistas de Educação Ambiental e Sustentabilidade. Essa troca entre áreas diversas enriquece a formação acadêmica e amplia o alcance do aprendizado, promovendo conexões entre ciência, cultura e práticas pedagógicas.

A defesa da interdisciplinaridade revela uma compreensão ampliada da extensão como prática integradora, capaz de articular diferentes áreas do conhecimento em torno de problemas sociais concretos. Sobre a interdisciplinaridade, Gadotti (2017) aponta que esta é essencial para a curricularização, agregando também outros princípios como a aprendizagem significativa, a autonomia, a avaliação formativa e a “dodiscência”. Nessa perspectiva, ações extensionistas a partir de projetos e programas integradores mostram-se como um caminho viável. Essas possibilidades indicam que a curricularização pode operar como vetor de transformação curricular quando articulada a projetos coletivos e sustentada por políticas institucionais consistentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A curricularização da extensão nas licenciaturas da Universidade de Pernambuco (UPE), *Campus Petrolina*, revela um cenário dinâmico e desafiador, marcado por avanços, tensões e possibilidades que dialogam com os marcos legais da extensão. Os resultados evidenciam que, embora os cursos estejam em processo de adequação às normativas, a consolidação de uma cultura extensionista requer esforços contínuos e coletivos, envolvendo reestruturações institucionais, reorganização do trabalho docente e fortalecimento de políticas de incentivo e formação.

À luz da abordagem do ciclo de políticas, os achados reforçam que a curricularização é permanentemente recontextualizada nos contextos de prática, sendo apropriada e reinterpretada pelos sujeitos institucionais.

De modo geral, os docentes reconhecem a extensão como espaço privilegiado da formação docente, capaz de promover aprendizagens significativas, desenvolver competências profissionais essenciais e aproximar os estudantes das realidades sociais, culturais e educacionais do território. Essa compreensão converge com a literatura contemporânea, que aponta a extensão como dimensão formativa indissociável do ensino e da pesquisa, em consonância com princípios de diálogo, intervenção e compromisso social.

Entretanto, as entrevistas mostraram que a operacionalização da curricularização enfrenta limitações importantes. A sobrecarga discente e docente, a insuficiência de recursos financeiros e logísticos, a falta de clareza conceitual sobre extensão e as lacunas nos Projetos Pedagógicos de Curso constituem desafios recorrentes que tensionam o cumprimento da política. Soma-se a isso a necessidade de aprimorar os sistemas acadêmicos para registro e acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (ACEx), bem como garantir maior articulação entre colegiados, coordenações e setores institucionais responsáveis pela extensão.

Por outro lado, as potencialidades identificadas revelam caminhos promissores. A participação em práticas extensionistas tem incentivado o protagonismo estudantil, ampliado o diálogo entre universidade e comunidades, estimulado práticas pedagógicas interdisciplinares e promovido maior integração entre ensino e extensão. Esses movimentos contribuem para uma formação crítica, reflexiva e socialmente referenciada, aspectos essenciais para a constituição de identidades docentes comprometidas com a transformação social.

No plano institucional, os achados oferecem subsídios para o aprimoramento de estratégias de formação continuada sobre extensão, para o fortalecimento de políticas de fomento e para a qualificação dos sistemas de registro e acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão. Tais elementos podem contribuir para consolidar a extensão como dimensão estruturante da formação, e não apenas como exigência normativa.

Como limitações do estudo, destaca-se o número restrito de participantes e o foco exclusivo na perspectiva docente, o que não permite generalizações amplas nem contempla a visão discente ou análise documental aprofundada dos PPCs. Pesquisas futuras podem ampliar o escopo investigativo, incluindo estudantes, gestores e análise comparativa entre diferentes instituições, aprofundando a compreensão sobre os efeitos da curricularização na formação inicial de professores.

Conclui-se que a curricularização da extensão, mais do que rearranjo curricular, constitui movimento formativo e político que desafia a universidade a reconfigurar suas práticas, fortalecer sua responsabilidade social e afirmar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio estruturante da formação docente.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Ana de Fátima P. de Sousa; CORREIA, Danielle Silva da Rocha. Pesquisa em educação e a abordagem do ciclo de políticas: uma experiência de pesquisa. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 136-158, 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/apraxis/v17n48/2178-2679-apraxis-17-48-136.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ARIENTI, Wagner Leal. Sobre a Implementação da Curricularização da Extensão: Caracterizações e preocupações. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, v. 20, n. 45, p. 168-189, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/89716>. Acesso em: 09 set. 2025.

BEZERRA, Adrielle Nara Serra; COLARES, Anselmo Alencar. A extensão universitária no Brasil: concepções e influências. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 6, e14257, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/14257>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BONIFÁCIO, Juliana; SANTOS, Lorene dos. Perspectivas da extensão universitária na formação de professores: contextualização histórico-social. **Revista Devir Educação**, Lavras, vol.4, n.1, p.171-187, 2020. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/151>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BOWE, Richard; BALL, Stephen; GOLD, Anne. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London/New York: Routledge, 1992.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 8 mar. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília: MEC/CNE, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 4, de 4 de julho de 2024**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Brasília: MEC/CNE, 2024.

CASARIN, Fabiana; ALCANFOR, Silvia Keli de Barros. A extensão universitária na pósgraduação: construindo pontes para a transformação social. **Diálogos**, Brasília, v. 24, n. 1, 2025. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdl/article/view/15716/12232>. Acesso em: 09 nov. 2025.

COELHO, Geraldo Ceni. O papel pedagógico da extensão universitária. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 11-24, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/26682/16074>. Acesso em 10 out. 2024.

COSTA, Wanderleya Nara Gonçalves. Curricularização da extensão: o desafio no contexto das licenciaturas. **Revista Panorâmica online**, v. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1023>. Acesso em: 10 dez. 2024.

DALMOLIN, Bernadete Maria; VIEIRA, Adriano José Hertzog; BERTOLIN, Julio Cesar Godoy. Gestão e curricularização da extensão em uma universidade comunitária: do requisito acadêmico aos desafios da implementação. In: CERETTA, Luciane Bisognin. VIEIRA, Reginaldo de Souza. **Inserção curricular da extensão: aproximações teóricas e experiências**: volume VI. Criciúma (SC): UNESC, 2019.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Brasília: FORPROEX, 2012.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Extensão universitária para quê?** 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 25 fev. 2024.

GAVIRA, Muriel de Oliveira; GIMENEZ, Ana Maria Nunes; BONACELLI, Maria Beatriz Machado Bonacelli. Proposta de um sistema de avaliação da integração ensino e extensão: um guia para universidades públicas brasileiras. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 2, p. 395-415, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/qRtNJVDH93BBqw6WDsN5TpM/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.

GOUW, Ana Maria Santos; SANTOS, Paloma Marques dos. A Curricularização da Extensão: a experiência do Curso de Ciências. In: NACAGUMA, Simone; STOCO, Sérgio; ASSUMPÇÃO, Raiane P. S. (Org). **Política de curricularização da extensão na UNIFESP**: caminhos, desafios e construções, São Paulo: Alameda, 2021, p. 111- 133.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir. "Curricularização" da extensão universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública. **Biblioteca da Curricularização**. Universidade Federal do Maranhão, 2021. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/proec/curricularizacao/biblioteca-da-curricularizacao/arquivos-biblioteca/curricularizacao-da-extensao-universitaria-no-brasil-questoes-estruturais-e-conjunturais-de-uma-politica-publica.pdf/view>. Acesso em: 20 jun 2025.

LUCAS, Angela Christina; LEITE, Juliana Pires de Arruda; GONÇALVES JÚNIOR, Oswaldo; NOIJE, Paulo Van Noije; SOUSA, Rodrigo Ribeiro de. Curricularização da extensão: a experiência do curso de administração pública da Faculdade de Ciências Aplicadas Unicamp. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 28, p.1-18, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cgpc/a/8KSd5DNk3Mg7SHSrcRGcGyD/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2025

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 4, p. 47-69, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvYtCQHCJFyhsJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 jan. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social – teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

MORAES, Roque. Uma Tempestade de Luz: A compreensão Possibilitada Pela Análise Textual Discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 12, p. 117-128, 2006.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Editora Unijuí, 2020.

NÓVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/WYkPDBFzMzrvnbsbYjmvCbd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PEREIRA, Júlia Constante; CASTANHA, Eduardo Tramontin; MONTEIRO, Januário José; GUIMARÃES, Milla Lúcia Ferreira; CITTADIN, Andréia. A curricularização da extensão universitária no curso de ciências contábeis de uma instituição de ensino superior comunitária. **ConTexto - Contabilidade em Texto**, Porto Alegre, v. 19, n. 43, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/90872>. Acesso em: 29 jul. 2025

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SALES, Tiago Amaral; SILVA, Renata Priscila da. “Que horas a gente sai professor/a?”: tornar-se docente nos emaranhados da vida. **Debates em Educação**, v. 17, n. 39, p. e18713, 2025. Disponível em: <https://ufal.emnuvens.com.br/debateseducacao/article/view/18713>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SANTOS, Paloma Marques dos; GOUW, Ana Maria Santos. Contribuições da curricularização da extensão na formação de professores. **Interfaces da Educação**, [S. l.], v. 12, n. 34, p. 922-946, 2021. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/interfaces/article/view/5396>. Acesso em: 20 jun. 2025

SILVA, Tarcia Regina da; RODRIGUES, Cleyton Mário de Oliveria; SILVA, Andréa Carla Castro e Silva; PESSOA, Charisse Florêncio. Estratégias de creditação da extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade de Pernambuco. **Vivências**, Erechim, v.17, n. 34, p. 55–70, 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução à teoria do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Resolução CEPE n.º 068/2017**. Regulamenta a política de curricularização da extensão nos cursos de graduação da Universidade de Pernambuco. Recife, PE: UPE, 2017. Disponível em:
https://www.upe.br/phocadownload/userupload/estudos/Resolucao_CEPE_068_2017_curricularizacao_extensao.PDF. Acesso em 20 fev. 2025.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Guia da Creditação das Atividades de Extensão: planejamento de atividades de extensão e caminhos para Creditação**. Recife, PE: UPE, 2020. Disponível em:
https://www.upe.br/anexos/extensao/documentos/Guia_de_creditacao_da_extensao.pdf. Acesso em: 8 out. 2024.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Resolução CEPE n.º 049, de 2021**. Altera a política de curricularização da extensão nos cursos de graduação da Universidade de Pernambuco. Recife, PE: UPE, 2021.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. **Resolução CEPE n.º 138, de 2023**. Regulamenta o processo de submissão, registro e autoavaliação institucional das atividades de extensão desenvolvidas na forma de atividade curricular de extensão – ACEs e/ou de disciplina curricular de extensão – DCEExt da UPE. Recife, PE: UPE, 2023. Disponível em:
https://drive.google.com/file/d/1rFwUz7AA_4Xb2JBmMOyTokAUWMO7GBlo/view. Acesso em 20 nov. 2024.

ZANON, Denise Puglia; CARTAXO, Simone Regina Manosso. Curricularização da extensão nas Licenciaturas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, e20796, p. 1-22, 2022. Disponível em:
<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 20 out. 2024.